



ISSN 1984-5634

APRESENTAÇÃO

HISTÓRIAS DO BRASIL E(M) DIMENSÕES AFRO-INDÍGENAS

BENEDITO EMÍLIO DA SILVA RIBEIRO¹MARIA ROSEANE CORRÊA PINTO LIMA²

EDITORA-CHEFE:

Elisa Schneider Venzon

EDITOR-GERENTE:

Leandro Ferreira Souza

Pensar a História do Brasil em dimensões afro-indígenas é recobrar diferentes sentidos sobre a nossa história desde um conjunto de relações profundas de, entre e com comunidades negras e indígenas. É reposicionar também esse passado desde uma dimensão coletiva, em que esses grupos teceram múltiplas estratégias para enfrentar o racismo e as demais violências atreladas aos dispositivos da dominação colonial, bem como para garantir seus modos de vida plurais ao longo do tempo. E compreender que esses aspectos reverberam no tempo presente, em diversos territórios de existência, e ajudam a moldar perspectivas de futuro que são igualmente ancestrais, segundo reivindica Ailton Krenak (2022). Ou seja, observar regimes de historicidade que nos ajudam a contrapor uma narrativa histórica hegemônica e seus muitos discursos colonizadores/imperialistas.

A História contada a partir da visão ocidental/eurocentrada sobre a realidade vem sendo criticada e desconstruída, dado que sua elaboração e sustentação são marcadas por relações desiguais de poder/saber. Diversas populações, grupos sociais e seus territórios de existência foram historicamente marginalizados e subalternizados por

COMO CITAR:

RIBEIRO, B. E.; LIMA, M. R.
Histórias do Brasil e(m)
dimensões afro-indígenas.
Aedos, Porto Alegre, v. 16, n.
35, p. 5-16, dez.-mar. 2024.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

¹ Mestre em Diversidade Sociocultural pelo Museu Paraense Emílio Goeldi. Professor Auxiliar da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Bragança. Pesquisador do GEIPAM – Grupo de Estudos e Pesquisas Interculturais Pará-Maranhão. Integrante da Rede de Historiadas Negras e Historiadores Negros. Coordenador Setorial Norte do GT Emancipações e Pós-Abolição – GTEP-ANPUH (2023-2025). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1721-5791>. E-mail: emilioribeiro@ufpa.br

² Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. Professora Adjunta da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Bragança. Vice-líder do GEIPAM – Grupo de Estudos e Pesquisas Interculturais Pará-Maranhão. Integrante da Rede de Historiadas Negras e Historiadores Negros. Membro do GT Emancipações e Pós-Abolição – GTEP-ANPUH. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8396-0618>. E-mail: roseanepinto@ufpa.br

essa matriz excludente de pensamento e de exercício de poder, que se legitima também através da produção de uma história única centrada no Norte Global e seus sujeitos/cidadãos tomados como universais (Trouillot, 2016; Smith, 2018; Adichie, 2019). Tais narrativas reducionistas e estereotipadas vêm sendo combatidas por diferentes movimentos sociais, por intelectuais e políticos/as dentro e fora das universidades, que ensejam renovações inclusive na historiografia. Logo, a proposta deste dossiê acompanha esse movimento de crítica e revisão historiográfica, no esforço coletivo de se interpretar e explicar a formação do Brasil, da nação e sua sociedade sem alijar as populações negras e indígenas (Oliveira, 2016; Amado, 2020; Gonzalez, 2020; Nascimento, 2021; 2022).

Quando propusemos a organização de uma coletânea temática sobre a história do Brasil em dimensões afro-indígenas, a ideia inicial era a de congregar pesquisas que cada vez mais vêm sendo desenvolvidas no país com a preocupação de reconhecer e valorizar o passado e o presente de povos indígenas e da diáspora africana. Uma parte da produção acadêmica sobre esses temas vem focalizando as relações afro-indígenas, operando com esta categoria em debates sobre ancestralidade e identidade que não impliquem num reducionismo de discussão sobre mestiçagem (Goldman, 2015; Ribeiro, 2021). Assim, em algumas produções, a categoria aparece sem o hífen para destacar afroindígena como encontro, interação e devir, portanto “não se pretende apenas designar uma relação que uniria conjuntos ‘afros’ e ‘indígenas’ preexistentes, mas, antes, tomá-la como um modo particular de articular diferenças” (Goldman, 2017, p. 12). Dos textos presentes neste dossiê, trazem essa preocupação conceitual o artigo de Carolina Martins e o de Gabriela Furtado e Maria Madalena do Carmo, ambos focalizando o Pará e o Maranhão.

No geral, o conjunto de textos a seguir exprime investigações acerca de múltiplas experiências sociais, políticas e culturais de homens e mulheres negros/as e indígenas em diferentes espaços e tempos. As trajetórias e protagonismos históricos desses sujeitos, visibilizados aqui por meio dos artigos, são reveladores de conhecimentos e epistemologias plurais que oportunizam uma nova escrita da História do Brasil e novas interpretações sobre as articulações políticas e socioculturais e os modos de existência envolvendo esses grupos.

É possível perceber dois eixos temáticos que aglutinam os artigos da coletânea: *agências das gentes negras e indígenas entre a escravidão e o pós-abolição*; e *reparações, história pública e educação antirracista*. Vários artigos focalizam a importância da ancestralidade na discussão que envolve a história, a identidade e a resistência de povos indígenas e da diáspora africana. Os textos giram em torno, ainda, de trajetórias e processos de organização social, política e cultural de/entre indígenas e negros/as; sociabilidades, associativismos e mundos do trabalho; resistências femininas; racismo e violências contra negros; memória e oralidade; territorialidades, fronteiras e conflitos; patrimônios

negros, indígenas e afroindígenas; ensino de História e relações étnico-raciais e educação antirracista.

Os percursos de pesquisa sobre as histórias dos povos indígenas no Brasil, e em outros lugares da América, têm questionado e tensionado uma historiografia tradicional calcada nos vencedores e nas formas de domínio colonial, que apagou indígenas e negros. Uma crítica que propõe releituras de histórias nacionais, desmontando e reinterpretando o passado-presente a partir das categorias de pensamento e das perspectivas políticas indígenas (Mamani Condori, 2007; Rivera Cusicanqui, 2010; Maciel Mura, 2016; Corrêa Xakriabá, 2018). E nos esforços de reconstituição intercultural dessas histórias territorializadas, os diálogos interdisciplinares entre História, Antropologia, Arqueologia e Linguística, por exemplo, são aportes significativos para um entendimento multidimensional dessas sociedades e suas culturas ancestrais.

Assim, o artigo *Vestígios da Cultura Material Tupiguarani* inaugura as reflexões desse dossiê. Wirlanny Barros, Suely Luna e Ana Lúcia Oliveira tratam aqui sobre o patrimônio arqueológico no litoral pernambucano e a etnohistória da ocupação Tupiguarani contada a partir dos artefatos cerâmicos escavados em sítios arqueológicos em Ipojuca. As autoras explicitam como as sociedades indígenas da região desenvolveram tecnologias e práticas socioculturais adaptadas aquele ambiente e como, depois, esses grupos as transformaram diante da pressão colonial, enquanto estratégia de resistência nesse contexto histórico.

Cruzando espaços e temporalidades para perceber as ações indígenas, saímos do litoral de Pernambuco nos tempos da Conquista e passamos aos territórios ao Sul, próximo ao período da Independência. O artigo de Felipe Praia, intitulado *As comunidades guarani-missioneiras nos conflitos de independência do espaço do Rio da Prata (1810-1821)*, destaca as dinâmicas políticas e sociais nessa região de fronteira e como os indígenas ocuparam posições importantes nos conflitos que ali se desenvolveram nesse início do Oitocentos, revelado nos registros das autoridades militares e políticas e dos viajantes. A análise dessas fontes demonstra a atuação daqueles sujeitos como “intérpretes”, facilitando o diálogo dos ideais de modernidade política com as comunidades indígenas no contexto de missões guarani-jesuíticas.

Deslocando dos espaços de fronteira do Sul para os da região do rio Araguaia, ligando as províncias do Grão-Pará e de Goiás, as atuações e articulações de indígenas são destacadas no artigo de Laécio Sena, intitulado *Entre guerras, porcos e espingardas*. Em meio a projetos de ocupação e colonização da porção norte daquele território, na segunda metade do século XIX, que incluíram a catequese e civilização dos indígenas, bem como a fundação de presídios militares e de aldeamentos, são focalizados os Irã amrayré, um subgrupo Mebêngôkre. O texto destaca como eles foram se relacionando, formando alianças com o presídio de Santa Maria e tendo acesso a elementos da cultura material dos kubẽ (brancos), como armas de fogo e munições, guardando relação com as

dinâmicas internas desse grupo e suas guerras, para além do projeto nacional que lhes era imposto nessa conjuntura.

Os estudos sobre a escravidão, as emancipações e o pós-abolição vêm trazendo variados aspectos das experiências e formas de luta de diferentes sujeitos, comunidades e povos, cada vez mais destacando as agências, trajetórias e resistências que evidenciam como, em diferentes contextos, indígenas, africanos e seus descendentes foram e são protagonistas de suas histórias e da História do Brasil, apesar das estigmatizações raciais e da sua detração pelo poder colonial. Sobre o contexto da segunda metade do século XVIII, o artigo de Gabriela Ferreira, intitulado *Estratégias de mobilidade social para oficiais pretos forros na América portuguesa*, apresenta as ações de homens negros libertos no Rio de Janeiro como forma de conquistar algum tipo de ascensão e inserção social naquelas estruturas do Antigo Regime que se desdobravam localmente na vida colonial. Nesse sentido, a autora analisa como a formação de milícias por homens de cor (pretos e pardos) foi importante recurso para acessar espaços sociais e contornar minimamente as interdições impostas à população negra/afrodiaspórica, reduzida ao jugo da escravidão e subserviência nos diferentes espaços coloniais das Américas.

De um lado, a historiografia sobre escravidão e pós-abolição tem demonstrado como raça, classe e gênero, dentre outros marcadores de opressão, foram acionados para desumanizar, coisificar e interditar social, econômica e politicamente afrodescendentes e indígenas. Por outro, vem trazendo diversas análises cujos protagonistas são homens e mulheres de diferentes etnias e regiões que enfrentaram a escravização, subalternização e marginalização antes e após a abolição da escravatura nas Américas. Nesses meandros, escravizadas e libertas vêm sendo investigadas dentro de uma produção historiográfica sobre a escravidão feita e influenciada por intelectuais negras, que manejam e cunham conceitos empregados em distintos campos de conhecimento, para focalizar as histórias de mulheres negras, indígenas e mestiças, em suas agências e resistências, tal como o de interseccionalidade (Akotirene, 2019).

No artigo intitulado *Escravidão, maternidade e justiça*, Marley Silva e Raimunda Sodré analisam as tentativas feitas por Generalda, uma mãe africana escravizada, para recobrar a liberdade para si e seus filhos na Belém de fins do século XVIII. Nesse processo, Generalda recorreu à justiça, através de requerimento à rainha e carta ao governador do Pará, como forma de buscar a liberdade no universo colonial. Já Maria Alda Medeiros traz outro exemplo de luta pela liberdade no artigo *Resistência feminina e africana no sertão*, no qual a africana Damázia, nascida em Angola, foi escravizada ilegalmente no sertão da província do Rio Grande do Norte, na primeira metade do século XIX. Ela não só buscou judicialmente sua liberdade, propriedades e direitos, mas também denunciou seu senhor por violência e cativeiro ilegal.

As autoras demonstram como escravizadas/os desenvolviam estratégias para adquirir a liberdade, sendo a via judicial uma delas. A formação de pecúlio para a compra da alforria era um desses passos, porém o desafio de obter a quantia necessária se tornava apenas um dos problemas a se enfrentar, diante dos interesses e desconfianças de senhores e autoridades sobre as formas de obtenção dos valores apresentados pelos escravizados, bem como sobre os riscos dessa busca por liberdade ser influenciada por acontecimentos externos, a exemplo do que ocorreu na Ilha de São Domingos (Haiti). Ambos os artigos tratam das vivências e lutas de mulheres negras desde o contexto colonial até as primeiras décadas do século XIX, indicando variadas formas de conquista da liberdade pela população negra nesse contexto.

Os últimos anos da escravidão e os primeiros anos do pós-abolição e da República, que se instituiu no país, têm sido focalizados a partir de diferentes questionamentos sobre o que aconteceu com as populações que foram alvejadas pelos séculos de escravização e colonização, tanto aqui quanto nos diferentes lugares onde ocorreu o regime escravista e a abolição da escravatura, entre mudanças e permanências nas relações sociais e de trabalho, na mentalidade e nas políticas. O artigo *Entre a coroa e a espada* focaliza as vivências negras a partir de notícias de jornais veiculados em Recife e no Rio de Janeiro entre 1880 e 1895. Nele, José Bento da Silva e Jefferson do Carmo demonstram que nos momentos finais do regime escravista as pessoas negras apareciam nos jornais em meio a notícias sobre o cotidiano marcado pela violência, por prisões ilegais de pessoas comuns, onde ser apontado como negro imputava ao sujeito uma identificação negativa, que o aproximava da condição de escravizado.

Mesmo para quem era liberto ou livre, isso poderia significar, dentre outras coisas, um obstáculo para o acesso a cargos, como as nomeações para a Guarda Nacional, o que deixava os sujeitos entre a suspeição e a detração. Isso tornava os negros as “vítimas preferenciais” da “política de higienização” daquele contexto. Os autores destacam como pretos, pardos e mestiços figuravam nos jornais do começo da República, corroborando o que Flávio Gomes e Olívia Cunha (2007) já tinham apontando sobre como o novo regime não adotou os que estavam à margem da sociedade, ficando assim negros e indígenas como “quase-cidadãos”.

Nesse lastro, o pós-abolição como problema histórico (Rios; Mattos, 2005) vem trazendo as experiências e os protagonismos de negros/as e indígenas e as relações afroindígenas em ambientes urbanos e rurais, conformando uma produção historiográfica que demonstra a interseccionalidade entre raça, gênero e classe, bem como as imbricações entre passado e presente. Tal como Helen Silveira, no artigo *Maria, Maria*, analisa dois crimes (estupro e defloração) ocorridos nos anos 1920 no interior do Rio Grande do Sul, cujas vítimas foram mulheres negras que estavam em seus locais de trabalho. Esses processos criminais possibilitaram à autora uma discussão sobre trabalho doméstico e as implicações entre cor, vulnerabilidade e crime. Lançando mão da produção de

intelectuais negras, Helen Silveira demonstra que se, de um lado, as mulheres no trabalho doméstico foi tema pouco estudado até os anos 2000, por outro, o reconhecimento atual de que se trata de um trabalho racializado, em que predominam mulheres negras, revela a potência desse tema para entender as condições dessas mulheres negras trabalhadoras, historicamente invisibilizadas nos mundos do trabalho.

Os cenários do pós-abolição também impactaram, sob outras circunstâncias, os homens negros no Brasil por conta de concepções que enquadraram esses sujeitos num campo de tensões sociais, sob os olhares vigilantes de agentes da segurança pública. O artigo de Vinícius Furini, *Conflitos entre brigadianos e populares*, traz essa reflexão ao focalizar uma contenda, as agressões e rivalidades entre soldados da Brigada Militar do Rio Grande do Sul e um grupo de trabalhadores na Doca das Frutas, região central de Porto Alegre, no ano de 1950. O episódio revela um processo de produção de masculinidades e de racialização e suspeição desses sujeitos pelos agentes da lei. Aqui, táticas de controle social nos espaços da cidade eram direcionadas a esses homens negros e pobres em seus momentos de descanso e de lazer, vistos como “desordeiros” que promoviam “algazarras” e transgrediam a ordem pública, sendo, portanto, passíveis de ações de repressão policial.

Apesar desses e outros enquadramentos, que tentaram cercear as dinâmicas de vida da gente negra no Brasil, observa-se como um conjunto de experiências sociais em torno da cultura e do lazer se tornou importante meio de resistir e assegurar existências coletivas, em processos de aquilombamento e construção de associativismos negros no século XX, mas que têm raízes ainda no Oitocentos (Silva, 2017; Pinto, 2018). Por exemplo, em *O futebol proletário e negro no extremo sul do Rio Grande do Sul*, Felipe Bresolin destaca as sociabilidades e o lazer das camadas populares, sobretudo de negros, a partir de uma rede de relações sociais, políticas e culturais construídas em torno da Liga Sportiva Rio Branco, entre 1926 e 1930. Revelam-se aqui diversas formas do associativismo negro na cidade de Rio Grande (RS), que oportunizaram ações para combater opressões classistas e racistas naquela sociedade.

Já o artigo *Experiências e estratégias plurais de resistir no combate ao epistemicídio*, de Carol Carvalho, traz a trajetória e atuação de Jesuína Adelaide dos Santos, junto de outras mulheres negras, para dimensionar suas vivências, ações político-culturais e conhecimentos na produção de dinâmicas ligadas ao carnaval e às escolas de samba em Florianópolis (SC), entre 1970 e 2022. Na sequência, o artigo de Pablo Figueiredo, *Quando falar em partido, quando louvar partideiro*, apresenta a história de vida de Aniceto de Menezes Silva e Júnior, destacando a importância desse sujeito e do partido-alto, um estilo de samba, enquanto porta-vozes de saberes e poéticas que manifestam a ancestralidade africana e afro-brasileira nos subúrbios do Rio de Janeiro no século XX, a qual se refaz cotidianamente em tais espaços.

Esses momentos de diversão e festa trazem feições de alegria e descontração ao cotidiano da população negra no Brasil, de modo a ressignificar essas vivências aquilombadas que não estão reduzidas apenas à marginalidade, à violência e aos sofrimentos impostos pelo racismo. Como dito por Beatriz Nascimento (2022, p. 131): “o samba, de boteco em boteco, torna a vida menos cruel”. Logo, os artigos anteriores evidenciam como o samba, o carnaval e o futebol demarcam múltiplas sociabilidades e lutas políticas no pós-abolição através dessas expressões da cultura negra, que resistiram à estigmatização racial e aos projetos de eugenia no país. E nos permitem observar como tais manifestações se tornaram importantes elementos da identidade nacional e foram, com o tempo, transformadas em patrimônios culturais do Brasil.

As dimensões plurais sobre patrimônio e as políticas patrimoniais dão subsídios para lutas contemporâneas de negros/as e indígenas, reivindicando um direito à memória que reconheça e visibilize suas ações, vivências e relações na construção histórica da sociedade e da nação. O artigo *Os “caboclos” da Ilha e os caminhos para pensar o afroindigenismo no bumba meu boi do Maranhão* traz essas reflexões para caracterizar o Bumba Meu Boi como patrimônio cultural afroindígena do Brasil, constituído a partir de saberes, práticas e modos de vida que relacionam referências negras e indígenas. Carolina Martins recupera aqui as trajetórias desses grupos que ocuparam, transitaram e territorializaram a ilha de São Luís (MA) para analisar as encruzilhadas socioculturais no âmbito dessa manifestação que se origina de relações afroindígenas. Seguindo parcialmente esse debate, no artigo *“Dança do Cajá”*, Gabriela Furtado e Maria Madalena Carmo tratam sobre o Quilombo do Itamoari e a construção da identidade local a partir de um legado sociocultural e existencial que é, ao mesmo tempo, negro e indígena. Aqui, as autoras caracterizam a Dança do Cajá como um dos elementos dessa ancestralidade “negra-índia” em Itamoari, a qual define essa região intercultural de fronteira entre o Pará e o Maranhão.

Já o artigo *“Do Capão aos lados da praia?”*, de Matheus Furtado, discute as vivências de grupos quilombolas e as suas relações no sul do Rio Grande do Sul, de modo a aproximar o Quilombo de Peixoto dos Botinhas das outras comunidades que caracterizam esse “litoral negro”, como definido por Claudia Daiane Molet (2018). O autor analisa as narrativas sobre a origem do quilombo no século XIX, sua organização e manifestações culturais que demarcam espaços e momentos de sociabilidade e reforçam laços de parentesco e reciprocidades nessas comunidades, e entre elas. Guardadas as especificidades locais, essas realidades quilombolas apresentadas nos artigos aproximam trajetórias negras na Amazônia e no Sul do país e reiteram perspectivas sobre a formação dos quilombos no Brasil e seus momentos de desenvolvimento social e econômico e reprodução da memória cultural, para garantir assim uma “continuidade histórica” dessas comunidades, acompanhando as reflexões de Beatriz Nascimento (2021).

Retomamos aqui a discussão sobre as agências indígenas ao longo da História do Brasil, focalizando dinâmicas sociais e políticas desses povos no século XX. Importa destacar que a experiência republicana instrumentalizou táticas e saberes coloniais que foram atualizados e estatizados em torno do “indigenismo tutelar”, o qual encapsulou homens e mulheres indígenas em projetos nacionais de integração e assimilação (Oliveira, 2016; Amado, 2020). Porém, esses projetos e seus processos não lograram sucesso nessa desestruturação (e destruição) “velada” dos povos indígenas, os quais trataram também de se mobilizar e se articular para confrontar politicamente essas estruturas de poder e dominação colonial no Brasil contemporâneo.

No artigo *Além do Aldeamento*, Ellen da Silva analisa uma retomada territorial pelo povo Xukuru do Ororubá durante a Ditadura civil-militar, no município de Pesqueira (PE). O caso foi apurado pelos agentes do Estado como uma invasão à propriedade privada, sob a gerência do Polo Agropecuário de Pesqueira. Aqui, a autora ressalta como esses indígenas se associaram a Ligas Camponesas enquanto estratégia política para reivindicar suas terras e lutar contra as opressões e violações perpetradas por aquele regime de exceção estabelecido no Brasil. Já o artigo *A agência indígena e o rompimento da tutela estatal* aborda os modos de inserção e reconhecimento da autonomia dos povos indígenas durante o processo de redemocratização do país, destacando a criação e veiculação do Programa de Índio na Rádio USP, entre 1985 e 1990. A autora, Maria Perpétua Domingues, trata esse programa como instrumento de articulação do movimento indígena, uma vez que potencializou suas reivindicações coletivas em prol de direitos no país. A pesquisa revela como a tutela do Estado foi tensionada e desconstruída pela atuação dos povos indígenas e seus movimentos de resistência.

Apesar dos marcos legais que estabeleceram o fim da tutela estatal sobre os indígenas, como a Constituição Federal de 1988, é perceptível a manutenção de “processos de tutela” que vão atravessar a realidade indígena no Brasil do século XXI. Para Célia Xakriabá (2018), essa tutela mantida pelo Estado opera através de um arranjo político-institucional que não respeita a autonomia e autogestão indígena, exercendo um controle colonizador, cuja atuação é pautada em ausências e omissões na efetivação de direitos, como o reconhecimento e proteção de seus territórios e a garantia de saúde e educação diferenciadas. Vemos aqui a continuidade de uma cidadania restrita e incompleta que, desde o século XIX, mantém negros e indígenas como sujeitos incompatíveis ao projeto de Estado-nação, reiterando assim lugares de exclusão e vulnerabilidade nessa sociedade desigual e hierarquizada (Pinto, 2018; Melo, 2021).

Diante desses desafios, os indígenas seguem lutando e criando expressões de resistência e afirmação da existência desde seus corpos-territórios para enfrentar os mecanismos ocidentais de poder/dominação e precarização da vida, que se estruturam no país através dessas estratégias de tutela ainda vigentes. É tratando dessa realidade atual, tomando a inserção de indígenas em

contextos urbanos na Amazônia, que o artigo *Na(s) fronteira(s) do urbano* apresenta um conjunto de experiências vividas por indígenas Palikur, Galibi-Marworno, Karipuna e Galibi-Kalinã na cidade de Oiapoque (AP). Aqui, Venâncio Pereira destaca os desafios indígenas no espaço urbano, no qual se reproduz uma visão racista de marginalização e exclusão desses povos, e as resistências tecidas cotidianamente por esses sujeitos para trabalhar e estudar ali, por exemplo. O autor revela como esses grupos se inserem nessa dinâmica, indigenizando os espaços e construindo um novo território de existência entre a cidade e suas aldeias de origem.

Outras pesquisas se voltam para reflexões críticas à História do Brasil, tensionando os marcos e acontecimentos-efemérides com outros olhares sobre a formação da identidade nacional, de modo a contribuir para que a história pública e o ensino de história incluam as diferentes matrizes formadoras do povo e se reconheça a diversidade sociocultural e étnico-racial do país, valorizando as populações indígenas e afrodescendentes. Nesse sentido, o artigo *A recusa da celebração*, de Pedro Batistella, evidencia a importância de problematizações críticas sobre efemérides nacionais, tais como a Abolição e o Descobrimento, que reiteram os apagamentos, silêncios e exclusão da agência histórica de negros e indígenas nesses processos. Já Ana Cleide de Souza – Páyayá, Leliana de Sousa e Sílvio Oliveira trazem o artigo *UNEB na Campanha Igualdade e Justiça 200 anos de Independência do Brasil na Bahia*, no qual apresentam as ações de um projeto de extensão desenvolvido no território indígena Payayá, na Chapada Diamantina (BA). Através de círculos de cultura, foram debatidas e destacadas as estratégias e vivências do povo Payayá, construindo outros olhares sobre a efeméride do Dois de Julho e as guerras de Independência do Brasil na Bahia.

Além de se sobrepujarem marcos, efemérides e imaginários que assentam uma História do Brasil tradicional, quais os outros desafios e caminhos para a construção plural da história e a promoção da educação antirracista no país? O conjunto de textos que se seguem faz esta reflexão. Reconhecendo o professor da educação básica como um intelectual com um papel social e transformador, Geraldo de Menezes Neto apresenta *Caminhos e práticas para uma educação antirracista*, trazendo seu relato sobre o trabalho realizado com cordéis junto com turmas do 8º ano de duas escolas públicas em Belém (PA) para tratar da história dos quilombos do Brasil e da trajetória de Zumbi dos Palmares. Por sua vez, Arthur Reis aborda os *20 anos da Lei nº 10.639/2003 e a formação de professores de história para a educação das relações étnico-raciais*. Ao refletir sobre sua própria trajetória acadêmica na licenciatura em história e sua inserção no mundo do trabalho, discute no artigo a formação docente e as implementações da legislação que tornou obrigatória a história e cultura afro-brasileira e africana no currículo da educação básica e a promoção de uma educação para as relações étnico-raciais no país.

Conectado a essas perspectivas sobre a formação e atuação docente e seus impactos na construção de práticas antirracistas, o artigo *No centro da narrativa* trata da experiência de quatro

professoras negras e seus percursos profissionais em Santa Maria (RS), entre os anos 1980 e o tempo presente, os quais se ligam ao reconhecimento e afirmação da sua negritude. No texto, Jacilene Aguiar Silva chama a atenção para as formas de associativismo que vão moldar a ação educacional dessas mulheres a partir de sua compreensão sobre o pertencimento racial e a valorização da identidade negra. Nesse sentido, pelo conjunto dos artigos acima, a educação no Brasil se torna um instrumento para combater os dispositivos de racialidade e o epistemicídio que historicamente interdita e invisibiliza as populações afrodescendentes e indígenas, tal como defende Sueli Carneiro (2023).

A promoção da educação antirracista se tornou um desafio ainda maior no contexto do avanço de negacionismos históricos e revisionismos conservadores, a exemplo do movimento Escola Sem Partido, além da intensificação de perseguições às religiões de matriz africana. Construir currículos escolares na perspectiva da ancestralidade e de uma “Exunêutica”, que inclua as comunidades de terreiro e os conhecimentos compartilhados nos espaços de Candomblé no país, é o que propõe Silvia Vitorassi no artigo *Pensar a partir de uma experiência ancestral*. Da mesma forma, relacionando cinema e racismo, Leonam Monteiro analisa o filme *Rapsódia para o homem negro* para defender, em seu artigo, que a ancestralidade pode ser explorada como mecanismo de defesa dos negros diante da violência racial herdada da escravidão e que ainda marca as relações sociais no Brasil.

Em paralelo às discussões anteriores, Débora de Sena e Márcio de Oliveira apresentam a resenha *O racismo em O avesso da pele*, referida à premiada obra “O avesso da pele” (2021), de Jeferson Tenório. Ela conta a história de Pedro, cujo pai foi assassinado durante uma abordagem policial, a qual é exemplar da violência racial que toma homens negros e pobres como “suspeitos naturais” e legítima, assim, o extermínio da população negra no país.

Para encerrar essa coletânea, temos a entrevista realizada em 2022 por Manuela Pavoni e Alícia Medeiros com a estudante Typa, indígena do povo Baré (AM), de 29 anos. A entrevista registra a perspectiva dessa indígena, mãe de duas crianças, sobre a pandemia de Covid-19 e os desafios enfrentados por estudantes indígenas para a sua permanência na universidade. Aqui, Typa conta como teve que lidar com dificuldades estruturais e deslocamentos que envolveram a cidade de Porto Alegre, onde cursava medicina na UFRGS, e os locais para onde se dirigiu durante o processo de isolamento social da pandemia: uma comunidade Kaingang no interior do Rio Grande do Sul e o seu território no interior do Amazonas.

Desejamos a todas, todos e todes uma excelente leitura dos textos. Que o dossiê fortaleça nossas reflexões e inquietudes acerca dessa necessária descolonização do pensamento e da renovação dos conhecimentos e da aprendizagem históricos, oportunizando novas atitudes que ampliem o letramento racial e a educação antirracista.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- AMADO, Luiz Henrique Eloy. *Vukápanavo: o despertar do povo terena para os seus direitos – movimento indígena e confronto político*. Rio de Janeiro: E-papers, 2020.
- CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do ouro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- CORREA XAKRIABÁ, Célia Nunes. *O Barro, o Genipapo e o Giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- GOLDMAN, Marcio. “Quinhentos anos de contato”: por uma teoria etnográfica da (contra)mestiçagem. *Mana*, v. 21, n. 3, p. 641-659, 2015.
- GOLDMAN, Marcio. Contradiscursos afroindígenas sobre mistura, sincretismo e mestiçagem: estudos etnográficos. *Revista de Antropologia da UFSCar*, v. 9, n. 2, p. 11-28, 2017.
- GOMES, Flávio dos Santos; CUNHA, Olívia Maria Gomes da (Orgs.). *Quase-cidadãos: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- MACIEL MURA, Márcia Nunes. *Tecendo Tradições Indígenas*. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- MELO, Patrícia Alves. Hierarquizando cidadãos livres: algumas experiências de africanos e índios na Amazônia oitocentista. In: BELTRÃO, Jane Felipe; LACERDA, Paula (Orgs.). *Violências versus resistências: desigualdades de longa duração na Amazônia brasileira*. Brasília: Edições ABA, 2021, p. 19-40.
- MOLET, Claudia Daiane Garcia. *Parentescos, solidariedades e práticas culturais: estratégias de manutenção de um campesinato negro no Litoral Negro do Rio Grande do Sul (do século XIX ao tempo presente)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- NASCIMENTO, Beatriz. *O negro visto por ele mesmo*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

RIBEIRO, Benedito Emílio da Silva. A mestiçagem não explica tudo! Existências e conexões afroindígenas no Brasil. *Coluna Nossas Histórias*, RHN/Geledés/Cultne.Tv, 20 abr. 2022. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-mesticagem-nao-explica-tudo-existencias-e-conexoes-afroindigenas-no-brasil/>.

RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. Experiência e narrativa: o “pós-abolição” como problema histórico. In: *Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 13-34.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. *Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

MAMANI CONDORI, Carlos. Memoria y reconstitución. In: SILVA, Claudia Zapata (Comp.). *Intelectuales indígenas piensan América Latina*. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2007, p. 285-310.

SILVA, Fernanda Oliveira da. *As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguaí no pós-abolição (1870-1960)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SMITH, Linda Tuhiwai. *Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas*. Curitiba: Ed. UFPR, 2018.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Curitiba: Huya, 2016.